

DECRETO № 705, DE 20 DE JANEIRO DE 2014.

Convoca a 2ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil e adota outras providências.

O PREFEITO DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional, que convoca a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – 2ª CNPDC,

DECRETA:

- **Art.** 1º É convocada a 2ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil 2ª CMPDC, como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, a se realizar no período de 21 a 22 de fevereiro de 2014, em Palmas, com o tema: "Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional".
 - § 1º São objetivos da 2ª CMPDC:
- I avaliar e apresentar a implementação das diretrizes aprovadas na 1ª
 Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária 1ª CNDC;
- II promover, incentivar e divulgar o debate sobre novos paradigmas para a proteção e a defesa civil;
- III avaliar a ação governamental, em especial quanto à implementação dos instrumentos jurídicos e demais dispositivos trazidos pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012;
- IV propor princípios e diretrizes para a implementação da Política
 Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- V promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa
 Civil SINPDEC;
- VI fortalecer e estabelecer formas de participação e controle social na formulação e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inclusive do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC;
- VII encaminhar propostas e eleger os delegados municipais para representar o Município na Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil.
- § 2º A 2ª CMPDC será presidida pelo Secretário Executivo Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito ou, em sua ausência, pelo Superintendente Municipal da Defesa Civil.



- **Art. 2º** É criada a Comissão Organizadora Municipal COMU da 2ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil 2ª CMPDC.
 - § 1º Compete à COMU da 2ª CMPDC:
 - I coordenar, supervisionar e promover a realização da 2ª CMPDC;
- II informar as autoridades ligadas ao tema Proteção e Defesa Civil, sobre o andamento das atividades da 2ª CMPDC;
- III aprovar o Regulamento da 2ª CMPDC, em observância ao Regimento Interno Nacional, contendo:
 - a) a organização e o funcionamento da Conferência;
- b) o processo democrático de escolha de seus (suas) delegados (as), representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e de Agentes de Defesa Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.
 - IV dar publicidade ao relatório final da 2ª CMPDC;
- V discutir sobre outras questões relacionadas à 2ª CMPDC não previstas nos itens anteriores, submetendo-as para deliberação do Prefeito Municipal;
- VI definir a pauta, expositores (as), relatores (as), facilitadores (as), convidados (as) e observadores (as) para a etapa Municipal da 2ª CNPDC;
 - VII elaborar relatório final da 2ª CMPDC.
- § 2º Integram a COMU representantes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:
 - I do Poder Público Municipal:
 - a) um do Gabinete do Prefeito;
- b) seis da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito, sendo, no mínimo, três Agentes de Defesa Civil;
 - c) um da Secretaria Municipal de Saúde;
 - d) um da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
 - e) um da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;



- f) um da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
 - g) um da Secretaria Municipal da Habitação;
- h) um do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas IMPUP:
 - i) um da Câmara de Vereadores de Palmas;
 - II a convite:
 - a) um do Sindicato do Corpo de Bombeiros Civis do Estado do Tocantins;
 - b) um do Movimento dos Atingidos por Barragens MAB;
- c) um da Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins FACOMTO;
 - d) um do Conselho Municipal das Associações COMAN;
 - e) um da Organização Popular de Moradia OPM;
- f) um do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins SINDUSCON/TO:
- g) um do Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do TO SEAGETO
- h) um do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins CREA/TO;
 - i) um do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins CAU/TO;
 - j) um do Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins CRESS/TO;
- k) um do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Tocantins CRP-23/TO;
- I) um do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas (CMDUHP);
 - m) um da Fundação Universidade do Tocantins UNITINS;
 - n) um da Universidade Federal do Tocantins UFT;



- o) um do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins IFTO.
- § 3º A COMU será coordenada pelo Secretário Executivo Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito, e, em sua ausência, pelo Superintendente Municipal da Defesa Civil.
- § 4º O Presidente da COMU poderá solicitar o apoio de outras pessoas e órgãos do Poder Público para colaborar com a COMU.
- § 5º Os servidores designados para participar na COMU colaborarão sem prejuízo de suas atribuições.
- § 6º A participação na COMU não ensejará remuneração de qualquer espécie, sendo considerada serviço público relevante.
- § 7º A COMU realizará reuniões periódicas conforme calendário a ser estabelecido por seu Presidente.
 - § 8º Os casos omissos no Regulamento serão resolvidos pela COMU.
- **Art. 3º** As despesas com a organização e realização da 2ª CMPDC correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Palmas.
 - Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, aos 20 dias do mês de janeiro de 2013.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA

Prefeito de Palmas

José Ribamar de Amorim Pereira Secretário Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito

Públio Borges AlvesSecretário Municipal de Assuntos
Jurídicos